



Presidente **p.7**

Maioria está receptiva a propostas do PS



Governo **p.8**

Portugal tem hoje "mais e melhor justiça"

Povo Livre



nº 1893

14 de Outubro de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



Cultura de compromisso

PSD e CDS-PP assinaram acordo de governo e de colaboração política

Conselho Nacional do PSD

Acordo de governo e de colaboração política

Em declarações aos jornalistas, à margem de uma reunião do Conselho Nacional do PSD, num hotel de Lisboa, Marco António Costa referiu-se à procura de “pontos de convergência que permitam a construção de uma solução negociada para uma estabilidade política do próximo Governo” e em valores comuns que permitem “criar uma solução governativa que seja consistente, sólida, que tenha estabilidade”.

Antes, Marco António Costa afirmou que o PSD tem “uma total identificação com os objectivos e preocupações que foram manifestados” pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, na sua mensagem ao país, em particular com “a busca de uma solução política de estabilidade”. “O presidente do PSD já tinha dado nota na noite eleitoral da intenção de vir a contactar o PS, o líder do PS, para poder vir a encontrar pontos de convergência que permitam a construção de uma solução negociada para uma estabilidade política do próximo Governo”, declarou, em seguida.

Referindo-se ao PS, o porta-voz do PSD defendeu que “essa busca terá de se fazer junto daquele que é o partido que se filia nos mesmos princípios de construção do projecto europeu, tal como o PSD e o CDS, que defende o projecto da moeda única, que não tem hesitações sobre a importância da participação de Portugal no âmbito da política internacional e de defesa comum na NATO, e que tem uma cultura e uma preocupação no que diz respeito ao espaço da língua portuguesa e à cooperação com os partidos de língua portuguesa muito similar àquela que os partidos da coligação partilham”.

“Vemos nessa proximidade, nestes valores a oportunidade de criar uma solução governativa que seja consistente, sólida, que tenha estabilidade, que seja forjada numa lógica de compromisso, de diálogo e sempre assente numa preocupação de garantir que Portugal tenha todas as condições para continuar a fazer este caminho de recuperação económica e social que tem vivido nos últimos seis anos”, destacou.

O Conselho Nacional do PSD, órgão máximo entre congressos, aprovou por unanimidade o texto de acordo de Governo com o CDS-PP. No texto aprovado, PSD e CDS-PP afirmam que propõem “ao Presidente da República a constituição de um Governo de coligação entre os dois partidos, sob a liderança do presidente da Comissão Política Nacional do PSD, Dr. Pedro Passos Coelho”, e prometem “empreender todos os esforços com vista a garantir a estabilidade e a continuidade desse Governo” e actuar com “permanente espírito de compromisso”.

O “Acordo de Governo e de colaboração mútua” entre PSD e CDS-PP estabelece que os dois partidos vão constituir “grupos parlamentares autónomos” que se comprometem a “votar solidariamente” a eleição do presidente da Assembleia da República, propostas de referendo e actos parlamentares que requeiram maioria absoluta ou qualificada, incluindo projectos de revisão constitucional.

Acordo de governo e de colaboração política entre o PSD e o CDS/PP na íntegra

As eleições do passado dia 4 de Outubro deram à coligação integrada pelo PSD e pelo CDS/PP uma vitória clara, embora sem maioria absoluta de mandatos na Assembleia da República. Entendemos por isso que, como decorre da Constituição da República Portuguesa e daquela que tem sido a prática, sem falhas, da história constitucional dos últimos 40 anos, é aos partidos integrantes dessa coligação que deve ser entregue a responsabilidade de formar um novo Governo.

O nosso País tem um compromisso com o projecto



europeu e com a moeda única que exige o respeito pelas regras nesse âmbito estabelecidas, como sucede com as que constam do Tratado Orçamental ou aquelas que se relacionam com o designado “Semestre Europeu”. Um compromisso, sublinhe-se, com que se identifica a larga maioria dos Portugueses, bem como das forças políticas com representação parlamentar. E um compromisso que é fundamental reafirmar.

A vontade popular soberana determinou o surgimento de um novo quadro parlamentar, de cujos contornos e consequências todos temos de estar bem conscientes. E, neste novo ciclo político que agora se inicia, todos temos de ser igualmente capazes de demonstrar um apurado sentido de responsabilidade e de trabalhar, com espírito

negocial, sentido de compromisso e atitude de abertura, em ordem a criar as condições indispensáveis ao desenvolvimento das políticas adequadas a assegurar o progresso do País e a garantir o cumprimento dos nossos compromissos. Por nós, manifestamos aqui, de forma solene, não apenas o nosso interesse mas, sobretudo, a nossa firme determinação em fazê-lo.

Para que o País mantenha a retoma do crescimento económico, a criação de emprego, promova a recuperação gradual dos rendimentos e se empenhe cada vez mais no combate às desigualdades sociais, uma condição primeira tem de ser assegurada: a garantia da estabilidade política. Porque sem essa estabilidade política não só não conseguiremos fazer melhor no futuro, como



poderemos por em risco o que conquistámos no passado recente. E, tal como sucedeu na legislatura que agora terminou, o PSD e o CDS/PP querem, por via de uma acção política conjunta, dar um contributo determinante para a garantia dessa mesma estabilidade política.

Estamos bem conscientes de que constitui dever dos responsáveis políticos – de todos eles – retirar as indispensáveis ilações da vontade popular expressa nas urnas. E fazê-lo tendo sempre em mente o objectivo essencial para cuja realização lhes compete trabalhar: a defesa do interesse de Portugal e dos Portugueses.

Assim, o PSD e o CDS/PP:

- Interpretando a vontade popular expressa nos resultados das eleições legislativas de 4 de Outubro de 2015, das quais resultou uma vitória da coligação composta pelos dois partidos;
- Atenta a necessidade de dotar o País de um Executivo que proporcione, com coerência e estabilidade, a condução dos assuntos da governação pelo período da XIII Legislatura da Assembleia da República;
- Fiéis aos valores que os orientam, nomeadamente a preocupação central com a pessoa e a sua dignidade, aos princípios que definem a identidade de cada partido e ao percurso histórico que os caracteriza;

subscvem o presente Acordo de Governo e de Colaboração Política, que se consubstancia nas seguintes regras:

I FORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO PROGRAMÁTICA DO GOVERNO

1. O PSD e o CDS/PP reconhecem a absoluta necessidade de dotar Portugal de um Governo coerente e estável, condição primeira para garantir o incremento do crescimento económico e da criação de emprego e o combate às desigualdades sociais.

2. Para tal efeito, ambos os partidos se compromete-



tem a propor ao Presidente da República a constituição de um Governo de coligação entre os dois partidos, sob a liderança do Presidente da Comissão Política Nacional do PSD, Dr. Pedro Passos Coelho.

3. Para que o percurso da retoma não seja interrompido, é fundamental que o nosso País tenha um Governo de Legislatura. Nessa medida, o PSD e o CDS/PP comprometem-se, através das respectivas direcções políticas e dos seus órgãos próprios, a empreender todos os esforços com vista a garantir a estabilidade e a continuidade desse Governo.

4. Embora sustentado no apoio parlamentar dos dois partidos subscritores, atento o novo quadro parlamentar, as condições do novo ciclo político que ora se inicia e a responsabilidade que se exige a todas as forças políticas, bem como aos parceiros sociais, o Governo actuará com um permanente espírito de compromisso, desenvolvendo as negociações adequadas para à construção, nos mais diversos planos, dos necessários entendimentos.

5. O programa do Governo reflectirá as orientações traçadas no programa eleitoral da coligação, denominado “Agora Portugal Pode Mais” (incluindo o Programa

de Desenvolvimento Social, a ele anexo), bem como o respeito pelas obrigações decorrentes do quadro europeu - Tratado Orçamental, Programa de Estabilidade e Programa Nacional de Reformas.

6. O Governo de coligação deverá ter ainda como preocupação fundamental da sua actuação ao longo da legislatura a realização dos seguintes objectivos:

- a) Combater o “inverno demográfico” em que o nosso País está a cair há mais de três décadas e que, se não for invertido, nos colocará perante aquele que pode porventura ser considerado como o nosso maior problema estrutural;
- b) Apostar na valorização das pessoas, quer pelo relevo que tal valorização assume enquanto elemento estruturante no combate à pobreza e na promoção da mobilidade social (e, consequentemente, na concretização do princípio da igualdade de oportunidades), quer porque, no contexto de uma economia cada vez mais globalizada, o acesso ao saber se assume como determinante;
- c) Defender e reforçar o Estado Social, assegurando plenamente as condições da sua viabilidade e tendo como preocupação primeira o combate, sem tréguas, às desigualdades sociais;
- d) Promover a competitividade da nossa economia, com base no modelo que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos últimos anos. Um modelo assente no crescimento do investimento privado e na inovação, nas exportações e nos bens transaccionáveis e na reposição gradual do poder de compra. Um modelo em que a parcela do investimento público será selectiva e focada em pequenas e médias obras necessárias. E não esquecendo que a produtividade da economia não é um fim em si mesmo, antes constituindo um pressuposto indispensável para a sustentada criação de riqueza e de emprego. E que só com mais riqueza e mais emprego é possível estabelecer as condições indispensáveis à construção de uma sociedade mais confiante, mais próspera e mais inclusiva;
- e) Promover a eficiência do Estado, de forma a torná-lo mais próximo dos cidadãos e mais amigo das empresas. Porque é preciso reconhecer que, inde-



pendentemente do acerto que as políticas públicas substantivamente apresentem, as estruturas da Administração e os procedimentos em que esta assenta, pese embora o muito que já se fez nos últimos anos, não conseguem ainda dar integral resposta, e em tempo adequado, aos anseios das pessoas e dos agentes económicos.

II COLABORAÇÃO NO PLANO PARLAMENTAR

1. Por forma a garantir, permanentemente, a coerência e a estabilidade do projecto político que o Governo de coligação corporiza, o PSD e o CDS/PP, que constituirão grupos parlamentares autónomos, no respeito pela identidade própria de cada um, assumem o princípio de colaboração activa no apoio, em sede parlamentar, à sua actuação, seja no que toca às orientações estratégicas por ele delineadas, seja no que respeita às medidas concretas por ele propostas.

2. Para isso, os partidos signatários comprometem-se a votar solidariamente, em sede parlamentar, designadamente, as seguintes questões:

- a. Programa do Governo;
- b. Moções de confiança e de censura;
- c. Orçamentos, grandes opções do plano e iniciativas de suporte ao cumprimento das obrigações decorrentes da participação de Portugal na União Económica e Monetária;
- e. Propostas de lei oriundas do Governo;
- f. Actos parlamentares que requeiram maioria absoluta ou qualificada, incluindo projectos de revisão constitucional;
- g. Propostas de referendo nacional;
- h. Eleições dos órgãos internos da Assembleia da República ou dos órgãos a ela externos em que deva fazer representar-se, assegurando uma adequada representação de ambos.

3. A listagem prevista no ponto anterior é exemplificativa, devendo a concertação entre ambos os partidos estender-se a outras matérias ou questões, sempre que tal for considerado conveniente, após consultas prévias

entre as direcções dos respectivos Grupos Parlamentares.

4. No âmbito da actuação parlamentar, o PSD e o CDS/PP comprometem-se ainda a:

- a. Garantir a informação e consulta prévias em todas as iniciativas legislativas da responsabilidade de qualquer dos partidos;
- b. Abster-se de apresentar qualquer iniciativa parlamentar que colida com a actividade do Governo;
- c. Desenvolver os melhores esforços no sentido de procurar viabilizar as iniciativas parlamentares de cada um dos partidos.

5. A concertação na actividade em sede parlamentar será assegurada por via de uma estrita e permanente articulação entre as Direcções dos respectivos Grupos Parlamentares e da realização, sempre que tal for considerado adequado, de reuniões conjuntas desses Grupos.



III COLABORAÇÃO POLÍTICA EXTRA-PARLAMENTAR

1. Reconhecendo a necessidade de a coerência e estabilidade do seu projecto político conjunto ser assegurada a todos os níveis, o PSD e o CDS/PP assumem que a colaboração mútua deve abranger, ainda:

- a. No respeito pela identidade própria de cada partido, a cooperação e a mobilização das respectivas estruturas e responsáveis, em todos os escalões da sua organização interna;
- b. A troca de informações e a consulta mútua no que respeita a actos eleitorais que venham a ocorrer no decurso da vigência do presente Acordo;
- c. O compromisso de diálogo no sentido de assumirem uma posição comum em relação à eleição presidencial de 2016.

2. Sem prejuízo do disposto no ponto anterior, a decisão sobre matérias relativas às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira respeitará a autonomia estatutária dos órgãos regionais de ambos os partidos.

IV DISPOSIÇÕES FINAIS

1. O presente Acordo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará por todo o período da XIII Legislatura da Assembleia da República.

2. O presente Acordo é celebrado num espírito de colaboração empenhada, permanente, leal e franca e em obediência a um propósito único: a promoção do interesse nacional.

Lisboa, 7 de Outubro de 2015

O Presidente do PSD
Pedro Passos Coelho

O Presidente do CDS/PP
Paulo Portas

Cultura de compromisso



O presidente do PSD defende que todos os partidos representados no Parlamento têm o dever de contribuir para uma cultura de diálogo e de compromisso que assegure a governabilidade. “O facto de não haver uma maioria desta coligação no parlamento obriga a que todos os partidos, sem excepção, contribuam para uma solução de diálogo, de compromisso e de responsabilidade que dê garantias de governabilidade ao país”, afirmou Passos Coelho, na cerimónia de assinatura do “Acordo de Governo e Colaboração Política” entre PSD e CDS-PP, num hotel de Lisboa, dia 7.

O presidente dos sociais-democratas comunicou que este acordo de Governo “resulta naturalmente daquele que foi o resultado das eleições” e que a coligação PSD/CDS-PP “tem claramente na vitória eleitoral que alcançou a responsabilidade de procurar criar condições de governabilidade para o país”. Segundo Passos Coelho, “a maioria dos portugueses deseja que exista um entendimento entre todas as forças partidárias que assegure a governabilidade do país” e PSD e CDS-PP “já deram o seu contributo para essa plataforma de governabilidade”.

Os presidentes do PSD, Pedro Passos Coelho, e do CDS-PP, Paulo Portas, assinaram o referido acordo de Governo numa cerimónia com dirigentes nacionais dos dois partidos, e no final nenhum dos dois respondeu a perguntas dos jornalistas, como já tinha acontecido na noite eleitoral, que decorreu no mesmo hotel.

Na sua intervenção, Passos Coelho considerou que “é muito importante que os próximos anos não sejam entregues à confrontação político-partidária, e possam ser dedicados ao compromisso e à responsabilidade no quadro nacional”. É preciso pôr “de lado as diferenças mais significativas que tendem a ser mais notadas durante os períodos de campanha eleitoral” e não entrar “em novo período prolongado de campanha e em contagem decrescente até às próximas eleições”, reforçou.

O presidente dos sociais-democratas afirmou que PSD e CDS-PP saberão “interpretar devidamente” a vontade dos portugueses, estão “imbuídos de um espírito genuíno de compromisso” e vão procurar “activamente gerar as condições necessárias à governabilidade de Portugal”. “Este acordo, portanto, de Governo estabelecido entre



os dois partidos não procura reduzir o espaço de compromisso, antes pelo contrário, visa mostrar que existe uma base sólida, coesa e de confiança entre os partidos da coligação para assumirem as responsabilidades governativas que do nosso ponto de vista decorrem das eleições que se realizaram”, disse.

O líder do PSD afirmou também que já contactou o secretário-geral do PS, António Costa, para promover “uma cultura de diálogo, de compromissos” que assegure “estabilidade para governar”. Pedro Passos Coelho adiantou que conta com o apoio dos socialistas para “o quadro de realismo que a política orçamental necessita de poder respeitar nos próximos anos”, tendo em conta

a sua “conhecida vinculação à pertença de Portugal à União Europeia e à zona euro”.

Segundo Passos Coelho, faz sentido PSD e CDS-PP procurarem no PS “as condições de viabilização dos documentos que contêm a estratégia orçamental do país que podem e devem ser apresentados em nome de Portugal à União Europeia e à Comissão Europeia, que compreendem quer o Orçamento do Estado quer o Programa de Estabilidade”.

O presidente do PSD destacou a redução do défice: “Sabemos que existem riscos orçamentais, mas reafirmamos a nossa convicção de que até ao final do ano



atingiremos a meta de ficar abaixo de um défice de 3 por cento. Seria imperdoável para Portugal que o país não estivesse em condições de tirar pleno partido de todos os sacrifícios que nos permitiram chegar a este resultado e deixar o país, por exemplo, sem Orçamento do Estado para 2016 aprovado”.

“Seria muito mau para retoma económica que estamos a viver, seria muito negativo para a credibilidade do próprio país junto dos nossos parceiros europeus e também junto de todos os investidores internacionais”, dramatizou.

O presidente do PSD considerou “muito natural” que até à publicação dos resultados oficiais das legislativas de domingo haja “tempo adequado para gerar estas condições de governabilidade no país”, e manifestou pressa em relação à formação do Governo.

Quanto à estabilidade, Passos Coelho sustentou que “a maioria dos portugueses deseja que exista um entendimento entre todas as forças partidárias que assegure a governabilidade do país”. Passos Coelho prosseguiu: “É nossa intenção, portanto, ainda esta semana poder concretizar a reunião com o PS no sentido de garantir que teremos condições para poder encarar os próximos anos com a estabilidade e a confiança que os portugueses necessitam”.

O presidente do PSD ressaltou que não exclui “que no quadro parlamentar esta responsabilidade seja assumida por todos os partidos com representação parlamentar”. “Mas não ignoramos que junto do PS podemos encontrar um núcleo de afirmação e vontade política em torno da solução europeia que tem unido o país desde há muitos anos a esta parte, e ao mesmo tempo de respeito também pelas regras da União Económica e Monetária a que Portugal também se encontra sujeito”, acrescentou.



Maioria está receptiva a propostas do PS



PSD e CDS-PP querem acolher propostas do PS para obter um acordo sobre as linhas gerais do seu Programa do Governo e do Orçamento do Estado para 2016, sem traçar “linhas vermelhas”, anunciou o presidente dos sociais-democratas. Pedro Passos Coelho afirmou que esperava que fossem os socialistas a apresentar propostas concretas mas que, como isso não aconteceu, PSD e CDS-PP vão fazer “um exercício um bocadinho mais atrevido” de tentar “seleccionar propostas do PS” para debater num próximo encontro de dia 13.

Passos Coelho falava na sede nacional dos sociais-democratas, em Lisboa, com o presidente do CDS-PP, Paulo Portas, ao seu lado, no final de uma reunião com o secretário-geral do PS, António Costa, e dirigentes destes três partidos, que durou perto de três horas.

O presidente do PSD declarou ter deduzido da conversa com o secretário-geral do PS que os socialistas deixaram cair a ideia de reduzir temporariamente as contribuições para a Segurança Social, que designou de “plafonamento vertical”. “Isso já era conhecido. Foi, no entanto, um bocadinho mais longe dizendo que não aceitava mesmo qualquer medida de plafonamento, fosse horizontal ou vertical - que é uma coisa que os portugueses não sabem, mas que basicamente respeita, uma a uma proposta que a coligação fez, e outra a uma proposta que o próprio PS fez. Portanto, deduzo que haja uma proposta do PS que o PS já deixou cair”, acrescentou.

Segundo Passos Coelho, para além do “plafonamento na Segurança Social” o PS não manifestou oposição a outras medidas do programa eleitoral da coligação PSD/CDS-PP neste encontro, o que considerou ser “bastante construtivo”.

Nesta reunião, que começou pelas 09h00 e durou cerca de três horas, estiveram presentes os presidentes do PSD, Pedro Passos Coelho, do CDS-PP, Paulo Portas,



e o secretário-geral do PS, António Costa, e dirigentes destes três partidos.

Na segunda-feira, dia 12, os partidos da Coligação Portugal à Frente, na sequência do acordado na reunião

do dia 9 e no escrupuloso cumprimento do calendário então acertado, fizeram chegar ao secretário-geral do PS o “Documento facilitador de um compromisso entre a Coligação Portugal à Frente e o Partido Socialista para a governabilidade de Portugal”.

Portugal tem hoje “mais e melhor justiça”

Paula Teixeira da Cruz considera que Portugal tem agora “mais e melhor justiça” e apresentou um “elenco exaustivo” das “reformas estruturantes” efectuadas pelo Governo, com destaque para a nova organização dos tribunais. “O sistema de justiça é, hoje, mais simplificado, mais ágil, mais eficaz e mais equitativo”, declarou Paula Teixeira da Cruz, na cerimónia de abertura do Ano Judicial, dia 8, em Lisboa.

Em representação do Primeiro-Ministro, a ministra de Justiça justificou o balanço das medidas realizadas, nos últimos quatro anos, com a “importância” de o Estado prestar contas aos cidadãos, com “toda a transparência e verticalidade”. Admitindo que o tempo decorrido relativamente a muitas destas medidas seja ainda curto, Paula Teixeira da Cruz apontou como positivo números provisórios que apontam para uma “redução global de pendências nos tribunais judiciais, ao longo de 2015, na ordem dos 6 por cento”. Citou ainda dados da Câmara dos Solicitadores para revelar que, com o novo procedimento pré-executivo, se evitaram cerca de 70 por cento de acções (de cobrança de dívidas) em tribunais, que não teriam logrado qualquer efeito útil, por inexistência de bens penhoráveis.

No plano da justiça civil, citou a aprovação do novo Código de Processo Civil, que levou à simplificação de procedimentos, com vista a maior celeridade processual, a aprovação de medidas de combate às pendências em atraso no domínio da acção executiva (cobrança de dívidas) e a criação do procedimento extrajudicial pré-executivo, a fim de averiguar se o devedor tem bens penhoráveis. Neste domínio, elencou ainda as aprovações do Estatuto do Administrador Judicial e do regime jurídico do processo de inventário e da Estratégia de Protecção ao Idoso, documento que classificou de “inovador e abrangente”.

No plano da justiça penal, apontou a aprovação da nova Lei da Identificação Criminal e do Estatuto da Vítima, assim como a criação do registo de identificação criminal de condenados pela prática de crimes sexuais contra crianças.

No campo do direito penal, Paula Teixeira da Cruz destacou a importância da revisão do regime de prescrição operada em 2013, da qual resultou que deixou de aproveitar ao arquivado a interposição sucessiva de recursos



da sentença ou de recurso para o Tribunal Constitucional com intenção de fazer correr os prazos de prescrição.

A nova lei do Combate ao Terrorismo e a aprovação do primeiro Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção foram outras das medidas enumeradas pela ministra.

No plano da justiça de menores, Paula Teixeira da Cruz lembrou a alteração da Lei Tutelar Educativa e, no plano dos meios de resolução alternativa de litígios, assinalou a aprovação da Lei da Arbitragem Voluntária, com vista a sensibilizar as empresas e profissionais de diversas áreas que frequentemente recorrem à arbitragem noutros países, para as vantagens da escolha de Portugal como sede de arbitragens internacionais.

Quanto à justiça administrativa, referiu ter operado uma “reforma profunda e completa” na legislação, com a aprovação do novo Código de Procedimento Administrativo, um novo Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e um novo Código do Processo nos Tribunais Administrativos.



Banco de Portugal considera que “é exequível” alcançar défice inferior a 3 por cento

O Banco de Portugal (BdP) considera que “é exequível” que o défice orçamental fique abaixo dos 3 por cento do PIB este ano, o que permitiria a saída do país dos défices excessivos, ao abrigo das regras europeias, mas alerta para riscos. O banco central português escreve que, “com base na informação disponível, o encerramento do Procedimento por Déficit Excessivo [PDE] em 2015 parece exequível desde que se mantenham as tendências de evolução subjacentes à execução do primeiro semestre”, sobretudo as medidas de política orçamental “actualmente em vigor”.

Recordando que na notificação de Setembro do PDE enviada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) a Bruxelas, o Governo manteve inalterada a sua previsão de 2,7 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) para o défice no final deste ano, o Banco de Portugal escreve que “o valor reportado é compatível com a correcção da situação de défice excessivo em 2015”.

No boletim económico apresentado, a instituição liderada por Carlos Costa adverte que “a evolução observada até Junho evidencia riscos”, destacando a “incerteza que habitualmente caracteriza a orçamentação do lado da despesa” e também o “comportamento da receita fiscal líquida no conjunto do ano”, sobretudo nos impostos sobre o rendimento e património e o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O Banco de Portugal refere que as suas estimativas apontam para que “uma parte significativa da redução do défice orçamental prevista para 2015 decorra de uma recuperação da actividade económica, em particular no que se refere ao consumo privado e à evolução da massa salarial”. As instituições internacionais continuam, no entanto, a antecipar um desempenho orçamental mais pessimista, esperando que o défice português continue acima de 3 por cento.

Terrorismo, tráfico e migrações são preocupações de Portugal no Diálogo 5+5

O terrorismo, tráfico e crime organizado sob todas as vertentes, migrações e desenvolvimento económico e social foram preocupações manifestadas hoje pelo ministro dos Negócios Estrangeiros português na abertura de uma reunião do “Diálogo 5+5”. Rui Machete falava na sessão de abertura da reunião dos chefes da diplomacia de Portugal, Espanha, França, Itália e Malta, do lado europeu, e Mauritânia, Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia, em representação do norte de África, que decorre hoje em Tanger, Marrocos. “São assuntos que constituem o verdadeiro núcleo das preocupações na nossa região (Europa do Sul e África do Norte), que ultrapassam em muito as nossas fronteiras e que são susceptíveis de influenciar o desenvolvimento nos nossos países no futuro”, salientou Rui Machete.

Para o chefe da diplomacia portuguesa, o terrorismo internacional tornou-se uma “ameaça crescente” para a paz e segurança mundiais, dando como exemplo a acção do grupo extremista Estado Islâmico na Síria e no Iraque e a propagação da presença e influência de grupos terroristas na região do Mediterrâneo. “O agravamento do terrorismo e a sua confluência com outros tráficos que assolam a sub-região do Sahel apelam, claramente, a reforçar o diálogo e a cooperação”, defendeu.

A pirataria e outras actividades ilícitas na região do Golfo da Guiné constituem, disse Rui Machete, “outra ameaça séria”, com impactos sociais, políticos e económicos à escala mundial.

“O Golfo da Guiné é uma plataforma importante do transporte marítimo internacional numa região em que se encontram alguns dos maiores produtores mundiais de petróleo. A região é um elemento-chave para a segurança energética e para o comércio internacional”, realçou.

Rui Machete destacou que Portugal tem participado “regularmente” em exercícios internacionais na região e tem cooperado “activamente” nos esforços de estabilização no Sahel.

Segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros português, a “tragédia” que se vive actualmente no Mediterrâneo, “em que milhares de pessoas arriscam a sua



vida e a da família”, obriga a uma “rápida” acção global. “A gravidade da situação obriga-nos a responder com medidas de curto prazo que visem, por um lado, ajudar as pessoas mais necessitadas de uma ajuda internacional e, por outro, a lutar contra o tráfico humano. Ao mesmo tempo, devemos atacar as causas estruturais da insegurança, fragilidade e pobreza que afectam os países de origem”, referiu. “Para que tal seja possível, os temas centrais da discussão devem passar pela promoção da paz e dos Direitos Humanos, pela participação cívica dos jovens e a evolução para a democracia”, defendeu, salientando serem precisas “soluções conjuntas”.

Rui Machete destacou ainda esperar que o Diálogo 5+5 possa continuar o seu papel de laboratório da cooperação euro-mediterrânica, disponibilizando todo

o apoio de Portugal, país que entrega hoje a França a co-presidência do grupo, que detinha desde 2013.

O “Diálogo 5+5”, que tem na base o Processo de Cooperação do Mediterrâneo Ocidental, foi instituído em Julho de 1990, com o objectivo de reforçar o diálogo político e a cooperação em áreas de interesse comum entre os países da bacia ocidental do Mediterrâneo e promover o desenvolvimento económico do Magrebe.

Além da vertente política, a nível de ministros dos Negócios Estrangeiros, existe cooperação em várias outras áreas, em particular nas da Diplomacia, Defesa, Migrações e Assuntos Internos, Transportes, Ambiente, Ensino Superior e Investigação Científica e Agricultura/Segurança Alimentar.

TSD defendem que Pedro Passos Coelho deve ser indigitado Primeiro-Ministro



Em comunicado, os Trabalhadores Social Democratas (TSD) reiteram que o líder da coligação, Pedro Passos Coelho, deve ser indigitado Primeiro-Ministro de Portugal. “Apesar de não ter alcançado a maioria absoluta dos mandatos parlamentares a coligação Portugal à Frente, constituída pelo PSD e CDS-PP, cimentada num programa eleitoral comum, venceu as eleições”, defende os TSD.

Os Trabalhadores Social Democratas consideram que “é importante estabelecer um entendimento construtivo com o PS, por forma a que os diplomas essenciais à governação possam ser viabilizados no Parlamento”. E pedem que o PS se mantenha fiel à sua matriz e “à sua história, rejeitando o radicalismo e promovendo a moderação e a defesa intransigente dos valores democráticos, expressos na vontade popular das eleições legislativas”.

“Os Trabalhadores Social-Democratas entendem, de igual modo, que o país não pode custear aventuras governativas suportadas em radicalismos de extrema-esquerda com consequências trágicas em termos económicos e sociais que porão em causa todos os sacrifícios efectuados durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira bem como os resultados que o país entretanto alcançou em matéria de crescimento económico, recuperação dos rendimentos de quem trabalha e o aumento dos níveis de emprego. Os exemplos europeus de países que enveredaram pelo radicalismo e viram o regresso da austeridade afectar negativamente a sua Economia e o seu bem-estar social devem fazer-nos reflectir e optar decisivamente pela sensatez, moderação e estabilidade em nome do progresso de Portugal”, conclui o comunicado dos TSD.

Portugal teve o maior crescimento no emprego no 2.º trimestre

Portugal foi o Estado-membro que teve o maior crescimento na taxa de emprego (1,3 por cento) entre Abril e Junho, segundo a mais recente análise trimestral do emprego e da situação social, divulgada em Bruxelas.

Segundo o estudo, realizado pela Direcção-geral de Emprego, da Comissão Europeia, depois de Portugal, foram a Grécia (1,2 por cento) e a Espanha (0,9 por cento) que registaram os maiores crescimentos na taxa de emprego, no segundo trimestre.

Segundo o mesmo estudo, os mercados de trabalho e os indicadores sociais continuam a melhorar gradualmente. Comparando com o nível mais baixo, registado no primeiro trimestre de 2013, o número de pessoas que têm um emprego aumentou 2 por cento na UE, o que representa mais 4,5 milhões de empregados.

No que respeita ao Produto Interno Bruto (PIB), este aumentou 1,9% face ao período homólogo de 2014 e 0,4% na comparação com o primeiro trimestre do ano.

Por sua vez, as exportações de bens aumentaram 5,8 por cento e as importações 2,4 por cento no trimestre terminado em agosto de 2015, face a igual período do ano passado.

Em termos das variações homólogas mensais em agosto as exportações de bens aumentaram 3,3 por cento e as importações de bens subiram 1,7 por cento face ao mês homólogo (+4,8 por cento e -0,9 por cento em Julho de 2015, respectivamente). O défice da balança comercial diminuiu 331,1 milhões de euros para 2.425,7 milhões de euros e a taxa de cobertura aumentou para 83,9 por cento, mais 2,7 pontos percentuais face ao período homólogo.

O INE divulgou também que no primeiro semestre de 2015 os veículos e outro material de transporte foram os principais responsáveis pelo acréscimo registado nas importações globais. As importações deste tipo de bens aumentaram 21,4 por cento face ao mesmo período de 2014, mantendo assim a tendência registada em 2013 e 2014, após acentuadas reduções em 2011 e 2012.

No que se refere às variações homólogas mensais, o INE atribui o aumento de 3,3 por cento das exportações sobretudo ao comércio intra-UE, devido em especial ao acréscimo verificado nas máquinas e aparelhos, outros produtos e veículos e outro material de transporte, dado que o comércio extra-UE apresentou uma diminuição.

As importações também aumentaram 1,7 por cento, em resultado da evolução do comércio Intra-UE, generalizada à quase totalidade dos grupos de produtos, mas em especial



nos veículos e outro material de transporte, plásticos e borrachas e produtos químicos, uma vez que as importações extra-UE diminuíram.

Excluindo os combustíveis e lubrificantes, em Agosto as exportações aumentaram 6,1 por cento e as importações 5,4 por cento (respectivamente mais 5,5 por cento

e mais 5,7 por cento em Julho de 2015). As importações também caíram 21,9 por cento, essencialmente devido ao decréscimo verificado no comércio intra-UE, registado na generalidade dos grupos de produtos, em especial nos veículos e outro material de transporte, máquinas e aparelhos e metais comuns.

AICEP terá reforço de orçamento para gerir exposições internacionais

A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal vai receber mais dinheiro do Orçamento do Estado para cumprir a nova função que lhe foi atribuída pelo Executivo: gerir a participação portuguesa nas exposições internacionais (como a que aconteceu em Lisboa em 1998) e nas exposições universais (caso de Milão, em 2015). “Os encargos decorrentes do acréscimo de atribuições resultante do presente decreto-lei determinam o reforço do orçamento da AICEP, E. P. E., a suportar por verbas do Orçamento do Estado”, assinala o decreto-lei n.º 219/2015, publicado a 8 de Outubro.

A decisão de aumentar as atribuições da AICEP, liderada por Miguel Frاسquilho, foi tomada em Conselho de Ministros a 17 de Setembro. Agora, é publicado em Diário da República o diploma que efectiva esta alteração através da modificação dos estatutos da AICEP, para reforçar a tarefa de “planeamento, a organização e a articulação da participação portuguesa em exposições universais e internacionais”. A AICEP, que em 2014 contava com 309 trabalhadores, é uma entidade que tem como missão a promoção empresarial.

A Parque Expo, criada aquando da Expo98 (a exposição internacional que se realizou em Portugal), era, até aqui, a entidade que assegurava a continuidade da participação portuguesa nestes eventos. Só que a Parque Expo está em extinção e o Governo considera que “importa assegurar a continuidade da participação de Portugal nas exposições universais e internacionais, pois essa participação tem contribuído para a promoção do país no estrangeiro, comunicando a identidade de Portugal como uma nação europeia moderna, contemporânea e inovadora”.

Além disso, defende o decreto-lei, esta organização “tem permitido potenciar o incremento das trocas comerciais entre Portugal e outros países, dando visibilidade às empresas e aos produtos portugueses”.

PSD/Açores defende ampliação do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto

O PSD/Açores defende a ampliação do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, tendo questionado o Governo Regional sobre o assunto, de forma a saber “se a tutela vai incluir essa obra no Plano Anual Regional de 2016”, avançou o deputado Paulo Parece.

Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, o social-democrata lembra que, no final de Agosto, “o director regional da Solidariedade Social esteve em Santa Maria, tendo reunido com a mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, num encontro onde se discutiu essa possibilidade de ampliar o Lar de Idosos, conforme foi dito à comunicação social”.

De acordo com Paulo Parece, “devemos ter em conta que a principal preocupação da Santa Casa da Misericórdia é a capacidade de respostas ao nível da população mais idosa, pelo que a reunião com aquele governante focou ainda outras soluções para diminuir as listas de espera existentes”, frisou.

“Santa Maria tem um Lar de Idosos desde 2005, inserido num edifício destinado e projectado como Centro Comunitário, que foi remodelado para o efeito, e tinha capacidade inicial para 23 utentes. Actualmente conta já com 29 idosos e tem uma lista de espera que ultrapassa em muito a sua capacidade”, explica o deputado.

“Considerando o compromisso do director Regional da Solidariedade Social de avaliar a intervenção na moradia adjacente à Santa Casa para ampliar o Lar de Idosos, solicitamos à tutela que esclareça se essa intenção é mesmo para avançar”, diz Paulo Parece.

“A ampliação é uma necessidade premente, e há muito debatida nos diversos órgãos de ilha”, explica o social-democrata, acrescentando que “o constrangimento existia por ser preciso desocupar a moradia contígua ao actual edifício, propriedade da Santa Casa da Misericórdia, que recentemente ficou devoluta”.



Atrasos na manutenção e limpeza de caminhos florestais

O PSD/Açores denunciou atrasos na manutenção e limpeza “de diversos caminhos agrícolas da região”, pelo que o deputado Renato Cordeiro pediu informações à tutela sobre “os meios humanos e técnicos que o Governo Regional possui, ilha a ilha, para essa manutenção”, avançou. O parlamentar enviou um requerimento à Assembleia Legislativa, no qual quer saber “a dimensão e o estado do parque de máquinas existente para aquelas tarefas”, lembrando que a manutenção dos caminhos agrícolas “é realizada maioritariamente por entidades governamentais, como o IROA e os Serviços Florestais”, explica.

Renato Cordeiro refere atrasos na limpeza de algumas vias agrícolas, “sendo exemplos o caminho das Amoreiras na Ajuda da Bretanha, em São Miguel, a estrada regional da Caldeira na ilha do Faial, ou o caminho da Granja nas Lajes do Pico, entre muitos outros”.

“Esses atrasos têm dificultado a passagem das viaturas dos agricultores, penalizando também quem utiliza os caminhos com fins turísticos”, salienta Renato Cordeiro. “Numa região como os Açores, onde a agricultura está presente na paisagem e nos caminhos por onde circulamos, é possível fornecer uma outra imagem. Daí que queiramos saber se as entidades oficiais possuem recursos humanos e maquinaria apropriada à manutenção dos caminhos agrícolas”, sublinha.

Renato Cordeiro quer também informações sobre os trabalhadores daqueles serviços “que estão afectos às entidades referidas, e quantos pertencem a programas de ocupação temporária”, bem como pede que a tutela esclareça “se está disponível para celebrar acordos de cooperação com as freguesias para a limpeza dos já citados caminhos agrícolas”.



Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vitor Crespo

NOVAS PERSPECTIVAS NAS RELAÇÕES LUSO-ESPAÑHOLAS

A Cimeira luso-espanhola de Guimarães deve ser colocada no duplo plano político das relações entre Portugal e a Espanha, a que a adesão simultânea às Comunidades Portuguesas dá uma nova dimensão, e das relações entre os Chefes dos Governos dos dois países.

O Prof. Cavaco Silva, dando ao seu encontro com Felipe González uma tónica de reunião de trabalho, conseguiria pela primeira vez desde 1974 colocar as cimeiras entre Portugal e Espanha no exacto plano que devem ter estas reuniões entre Primeiros-Ministros europeus. A defesa intransigente dos interesses nacionais — que foi plenamente conseguida em Guimarães — não deve ser necessariamente associada a especulações ou promessas que dificilmente se podem cumprir, mas que afectam o futuro das relações entre os dois países.

O Primeiro-Ministro demonstrou uma vez mais a sua grande capacidade de interlocutor na cena política internacional.

A Cimeira de Guimarães representa para Portugal e para os portugueses a garantia de que as relações com o país vizinho foram agora balizadas ao mais alto nível político, e tenderão no futuro a desenvolver-se no quadro do mesmo espaço europeu e comunitário. Como aliás sublinha o Comunicado final, existe vontade política dos dois governos. No plano das trocas comerciais, fortemente desequilibradas em favor da Espanha, essa vontade política significa um compromisso do Governo de Madrid para reduzir aquele desequilíbrio, o que poderá a médio prazo significar um aumento das exportações portuguesas para Espanha, com consequências positivas para as empresas e os trabalhadores.



Os Chefes de Governo de Espanha e de Portugal reuniram-se em Guimarães nos passados dias 24 e 25, acompanhados pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros, pelos Ministros responsáveis pelas questões económicas, comerciais e industriais, assim como pelos Secretários de Estado responsáveis pelos assuntos relativos à integração europeia, no primeiro encontro luso-espanhol ao mais alto nível governamental após a adesão dos dois países às Comunidades Europeias.

Os Chefes de Governo e as respectivas delegações procederam a uma análise da situação internacional, na perspectiva da inserção dos dois países no mundo ocidental bem como das prioridades e especificidades das respectivas políticas externas. Examinaram nomeadamente as relações Leste-Oeste, as situações na África Austral, na América Latina, no Médio Oriente, e o problema do terrorismo internacional, pontos sobre os quais se verificou um apreciável grau de entendimento.

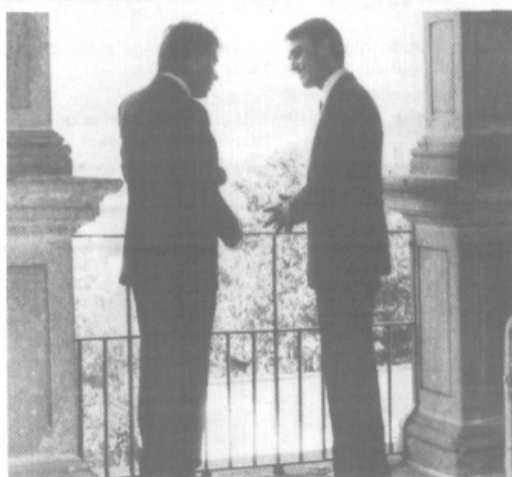
Os Chefes de Governo abordaram as relações entre os dois países a nível político e reafirmaram, no quadro do novo relacionamento institucional das Comunidades Europeias e da integração no espaço europeu, o espírito de

amizade e respeito mútuo que inspirou o Tratado de Amizade e Cooperação celebrado em Novembro de 1977.

Os chefes de Governo e as respectivas delegações examinaram assuntos de interesse bilateral e verificaram progressos em diversas áreas, nomeadamente:

— nas relações comerciais entre os dois países foi expressa a vontade política dos dois Governos em contribuir para a redução dos desequilíbrios das trocas, no quadro de um crescimento harmónico;

— na cooperação industrial verificou-se convergência de posições quanto a uma eventual ligação à rede europeia de gás natural; um grupo de trabalho elaborará um estudo sobre esta matéria; também se decidiu impulsionar os trabalhos relativos a programas comuns de exploração e aproveitamento de pirites e utilização de lenhites pobres para a produção de energia eléctrica; no que se refere à qualidade e propriedade industriais acordou-se num esquema de cooperação e integração dos sistemas vigentes em cada país, com o objectivo de evitar a elaboração de normas e sistemas de certificação diver-



gentes e obter acordos de reconhecimento recíprocos; foi igualmente examinada a evolução dos intercâmbios de energia eléctrica;

— nos transportes e comunicações registou-se com satisfação a cooperação existente, sublinhou-se a necessidade de prosseguir soluções conjuntas e adequadas para os grandes eixos de transportes rodoviários e ferroviários, e verificaram-se os progressos quanto à construção das pontes sobre os rios Guadiana e Minho, cu-

jas inaugurações se prevêem para 1989;

— em matéria de defesa do ambiente concordou-se prosseguir contactos que permitam chegar a um convénio de assistência mútua para casos de emergência nuclear, no quadro dos acordos internacionais nesta matéria; registou-se a necessidade de manter contactos em política de águas e na protecção da natureza dos rios comuns a ambos os países;

— em matéria de turismo acordou-se a conveniência de

definir itinerários culturais comuns, de promover o intercâmbio de técnicos e de continuar o exame das possibilidades de acções conjuntas de promoção; foi sublinhada a necessidade de continuar a política de simplificação dos trâmites burocráticos e aduaneiros e de facilitar o trânsito nos postos fronteiriços; também se acordou em estudar a abertura de novos postos;

— em matéria cultural anunciou-se a abertura do Centro Cultural Espanhol em Lisboa, que entrará em funcionamento no próximo ano; anunciou-se também a intenção, pela parte portuguesa, de estabelecer em Madrid uma estrutura cultural apropriada;

— decidiu-se ainda intensificar acções no domínio da segurança;

— ambas as delegações manifestaram o seu acordo em prosseguir contactos com vista a uma eventual instalação de instituições financeiras e escritórios de representação num quadro de reciprocidade;

— comprovou-se a existência de progresso na solução de casos pendentes de indemnização a cidadãos espanhóis com propriedades ocupadas em Portugal; decidiu-se intensifi-

car os contactos para encontrar soluções para estes casos pelas vias mais adequadas.

Foi concluído que seriam em breve assinados pelos dois Governos acordos de cooperação no domínio da agricultura e em matéria de luta contra a droga.

Foram igualmente abordadas, com especial destaque, as questões relativas às Comunidades Europeias, tendo os dois Chefes de Governo coincidido na necessidade de uma progressão harmoniosa do mercado interno europeu e da coesão económica e social das Comunidades. Verificou-se, ainda, larga convergência de pontos de vista sobre outras questões comunitárias, designadamente orçamento e recursos próprios, revisão dos fundos estruturais e concretização do Acto Único Europeu.

Os dois Chefes de Governo consideraram as vantagens de promover regularmente formas de consulta mútua ao mais alto nível governamental, de modo a traduzir no plano político o espírito de cooperação e amizade entre os dois países. Neste sentido, o Primeiro-Ministro de Portugal aceitou o convite do Presidente do Governo de Espanha para a realização "em Espanha, em 1987, de nova reunião entre os Chefes de Governo de Portugal e Espanha.



António Costa derrotado e desesperado

Carla Rodrigues (*)

(...)“ É preciso que as eleições sejam de facto escolha, que as pessoas quando votam, como acontece na maioria dos países, saibam que votando em determinado partido escolhem determinado governo.”

Francisco Sá Carneiro proferiu esta frase em 1979 e de acordo com a experiência de 41 anos de democracia, o povo sabe e sempre soube, que ao votar num partido, escolhe esse partido para governar.

Sempre soube... até hoje. Os dias que temos vivido contrariam toda a nossa experiência democrática, todos os conceitos de democracia representativa, de sufrágio universal, de legitimidade democrática... etc.

Durante os últimos meses ouvimos PCP, BE e mesmo PS, reclamar eleições. Diziam que o Governo em funções já não tinha legitimidade, já não tinha base de apoio, era urgente devolver a palavra ao povo. E as eleições realizaram-se.

E o povo falou.

E o povo disse de sua justiça. Disse que não tem dono. Que as bocas que se enchem para falar em seu nome, não lhe merecem confiança. Disse que quer continuar a ser governado pela coligação PSD/CDS e disse que não confia nas alternativas que lhe foram apresentadas.

Em democracia, se o Povo disse, está dito.

Isso pensávamos nós. Isso pensava o povo. Mas a verdade é que, o que o povo disse, não satisfaz os seus pretensos donos, nem saciou a sede de poder de alguns. Por isso agora, juntam-se em acordos de conveniência para reescrever 41 anos de prática democrática em Portugal, para violar a Constituição da República da qual sempre se afirmaram como prosélitos guardiões.

Sim, essa Constituição que diz que Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular, mas que hoje, PCP, BE e PS dizem que é baseada na vontade das suas conveniências sectárias.

Ver o PCP e BE fazer este miserável papel, não espanta, afinal são partidos de protesto, sem vocação governativa, avessos a qualquer compromisso responsável. Mas confesso que ver o PS, essa respeitável instituição do Portugal democrático, fazer-se representar por António Costa, qual “cavaleiro da triste figura”, neste périplo deprimente e subserviente pelas sedes partidárias, me causa tristeza e vergonha alheia.

Foi António Costa candidato que disse: “os portugueses conquistaram um direito a que não podem nem devem renunciar: o direito a que os governos não sejam formados pelos jogos partidários, mas que resultem da vontade expressa, maioritária, clara e inequívoca de todos os portugueses”. Mas António Costa derrotado e desesperado em busca da sobrevivência política, já não quer saber dos direitos conquistados pelos portugueses.

São tristes os dias que vivemos. A Democracia foi amarrotada e enfiada num bolso, a Constituição foi violentada pelos seus autodenominados pais, o povo foi mandado calar, porque afinal não disse o que se queria ouvir...

Resta-nos a certeza que ainda existe PSD, que ainda existem instituições democráticas, que ainda existe Povo, que ainda existe Portugal. E contra esta coligação, nenhuma outra prevalecerá.

Quero acreditar que ainda existe PS. Esse PS patriótico e responsável que ajudou à consolidação da democracia em Portugal e que esse PS se erguerá contra o golpe de estado em curso.

(*) Deputada do PSD

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Águeda, para reunir, no próximo dia 14 de Novembro de 2015, (sábado), pelas 10h00, na sede, sita na Rua Francisco Oliveira, nº 9, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição dos órgãos concelhios

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 10h00 às 22h00

ALFENA / NÚCLEO RESIDENCIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo Residencial de Alfena para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 29 de Outubro de 2015, pelas 21h00, no Centro Cultural de Alfena, sito na Rua de S. Vicente, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Informações da Comissão Política aos militantes

2 – Análise da situação política local e nacional

3 – Outros assuntos de interesse

FIGUEIRA DA FOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Figueira da Foz, para reunir, no próximo dia 30 de Outubro de 2015, (sexta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua da Liberdade, nº 6, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 – Informações

2 – Análise da situação política

LISBOA AML / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da AML – Lisboa, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 16 de Outubro de 2015, (sexta-feira), pelas 21h30, no Hotel Sana Lisboa, sito na Av. Fontes Pereira de Melo, nº 8, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 – Análise da situação política

2 – Outros assuntos

BENEDITA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo da Benedita, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 23 de Outubro de 2015, (sexta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Urbanização Pôr-do-Sol, Lote 1, Loja 2 - Benedita, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 – Análise da situação política

2 – Outros assuntos

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Coruche, para reunir, no próximo dia 23 de Outubro de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Travessa dos Guerreiros, nº 26, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 – Análise das Eleições Legislativas 2015

2 – Análise e discussão da situação política actual – nacional e local

LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Loulé, para reunir, no próximo dia 30 de Outubro de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 – Análise do resultado das eleições legislativas 2015

2 – Outros assuntos

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paços de Ferreira, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 23 de Outubro de 2015, (sexta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Avenida dos Templários, 309 Dtº., com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
 1 - Informações gerais
 2 - Análise dos resultados eleitorais
 3 - Análise da situação política

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Penafiel, para reunir, no próximo dia 24 de Outubro de 2015, (sábado), pelas 17h00, no Auditório do Pavilhão de Feiras e Exposições, sito na Rua D. António Ferreira Gomes, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
 1 - Informações
 2 - Análise da situação política

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Portalegre, para reunir, no próximo dia 19 de Outubro de 2015, (segunda-feira), pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua Combatentes da Grande Guerra, nº 17, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
 1 - Análise do resultado das Eleições Legislativas 2015
 2 - Análise da situação política partidária
 3 - Outros assuntos

SANTA COMBA DÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Comba Dão, para reunir, no próximo dia 24 de Outubro de 2015, (sábado), pelas 17h00, na sede, sita na Rua Gago Coutinho, nº 12 r/c, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
 1 - Análise dos resultados nacionais e concelhios das eleições legislativas
 2 - Análise da actividade política autárquica
 3 - Análise de outros assuntos de interesse para a estrutura local do PSD

SANTA MARTA DE PENAGUIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Marta de Penaguião, para reunir, no próximo dia 21 de Novembro de 2015, (sábado), pelas 15h00, na sede, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
 1 - Eleição da Comissão Política de Secção
 2 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
 Nota
 - As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
 - As urnas estão abertas das 15h00 às 18h00

SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santo Tirso, para reunir, no próximo dia 06 de Novembro de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita no Largo Coronel Batista Coelho, nº 21, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
 1 - Análise da situação política
 2 - Outros assuntos

SETÚBAL / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal, para reunir, no próximo dia 30 de Outubro de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00, na Biblioteca Municipal de Palmela, sita no Largo São João Batista - Palmela, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
 1 - Informações
 2 - Análise da situação política

**ALVAIÁZERE**

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, serve a presente para convocar os militantes desta secção para o Plenário Concelhio Ordinário da JSD de Alvaiázere a ter lugar no dia 30 de Outubro de 2015, pelas 21h30, na sede do PSD de Alvaiázere, sita na Rua D. João I, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
 2 - Balanço das atividades realizadas ao longo do primeiro ano do corrente mandato;
 3 - Análise da situação política local e nacional;
 4 - Outros assuntos.

CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA AM

Nos termos dos Estatutos da JSD e Regulamento dos Conselhos Distritais, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Lisboa AM, para reunir no próximo dia 23 de Outubro, pelas 21 horas, na sede Distrital do PSD, Praça São João Bosco 3-B, Lisboa 1350-295 LISBOA, com a seguinte ordem de trabalho:

- Ponto 1 - Informações;
 Ponto 2 - Análise da situação política;
 Ponto 3 - Outros Assuntos.

LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia de Lisboa para reunirem no dia 24 de Outubro de 2015, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Lisboa, sita na Praça São João Bosco, 3-B 1350-295 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação do Plano Estratégico para Criação de Núcleos na Concelhia de Lisboa;
 2 - Análise da Situação Política - Eleições Legislativas e Resultados;
 3 - Outros Assuntos.

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Maia, para reunir no próximo dia 14 de Novembro de 2015, pelas 16 horas, na Sede do PSD Maia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, n.º 987, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia da JSD Maia.

Notas:
 O acto eleitoral decorrerá entre as 16h00m e as 19 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário Concelhio JSD Maia ou a quem estatutariamente a possa substituir, na Sede do PSD Maia, sita na morada supra citada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Pombal, para reunir no próximo dia 21 de Novembro de 2015 (Sábado), pelas 15 horas, na Sede do PSD Pombal, sito na Rua Dr. Luís Torres, n.º 1 - 2.º andar, em Pombal, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
 2 - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues em duplicado e devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como fotocópia dos documentos de identificação, ao Presidente da Mesa de Plenário, ou a quem o possa substituir estatutariamente, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 15h00m às 17 horas.

VIEIRA DO MINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD da Concelhia de Vieira do Minho, para reunirem no dia 18 de Novembro de 2015, pelas 20 horas, na Sede do PSD Vieira do Minho, sita na Avenida Barjona de Freitas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 20h00m e as 22 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE RIBEIRÃO - VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo Residencial de Ribeirão, para reunir no próximo dia 14 de Novembro de 2015, pelas 18h, na Casa do Povo de Ribeirão, sita na Av. 3 de Julho, nº 85, em Ribeirão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleições dos órgãos do Núcleo Residencial: Mesa do Plenário e Comissão Política.

Notas:

O acto eleitoral decorrerá entre as 18h00m e as 20h00m.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem o substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do PSD de Vila Nova de Famalicão, situada na Rua Adriano Pinto Bastos - 212 sala 14.

NÚCLEO DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário do Núcleo do Centro Histórico da JSD Porto para reunir no próximo dia 22 de Outubro de 2015, pelas 21 horas, na Sede do PSD/JSD de Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, nr. 63 - Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
 2 - Análise da situação política eleitoral;
 3 - Outros Assuntos.